

**SINDICALISMO:
UGT COMEMORA DIA
DO TRABALHADOR COM
SEMINÁRIO INTERNACIONAL**



**SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM TELECOMUNICAÇÃO NO ESTADO
DE SÃO PAULO (SINTETEL)
FILIA-SE À UGT**



TRÁFICO HUMANO É CRIME!

**A arma para este combate
é a conscientização.**

Traficar pessoas é CRIME!

São diversos os tipos de vítimas do tráfico. A UGT não quer futuras presas na rede de criminosos! A arma para este combate é a conscientização

Por Mariana Veltri

O tráfico humano é um crime ainda silencioso e uma violação aos direitos humanos. As vítimas – excluídas econômica ou socialmente – são aliciadas com promessas de uma vida melhor. Em busca de um sonho, na ânsia de mudar sua condição de vida, não se percebem presas desses criminosos e, de um momento para o outro, seguem um rumo obscuro, fadadas à escravidão, vivendo terríveis pesadelos.

Para dar um basta a essa forma de violência, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) abraçou a Campanha da Fraternidade deste ano, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Fraternidade e Tráfico Humano”. Em apoio, a UGT lançou o “Conte Conosco”, um manifesto para dar voz a essas pessoas, que, exploradas para fins laborais ou sexuais, têm a dignidade remexida e acabam por se calar. Muitas, por negligência de autoridades públicas ou redes de saúde, acabam desaparecidas.

“A UGT acredita que, por meio da mobilização da sociedade civil, movimentos sindicais, governo e disques denúncias, é possível ajudar essas vítimas. Assim como o enfrentamento a toda forma de violência, queremos que o tráfico de pessoas também seja mostrado. É preciso conscientizar para se ter agentes sociais nesse combate, porque essa realidade não está distante e precisamos fazer alguma coisa”, alerta Cássia Bufelli, secretária da Mulher da UGT.



Ao fazer um recorte de gênero, vê-se que as mulheres são mais vulneráveis para o tráfico humano. O tipo de aliciamento vem de todas as formas: locais de trabalho; a possibilidade de inclusão na sociedade – no caso de travestis e transexuais; possibilidade de carreira de modelo no exterior – muitos casos envolvendo as mulheres negras, tratadas como simples objetos pelas mídias (alvo da imagem da mulata brasileira); entre outras formas.

Essas pessoas, assim como crianças e adolescentes, se tornam iscas de um grupo ou uma pessoa. Pensando encontrar um mundo encantado, acabam escravizadas para fins de exploração sexual, laboral ou até mesmo tráfico de órgãos.

INSTRUMENTOS DE COMBATE

Em 2000, a venda de pessoas não era exposta nas mídias nem tinha o suporte da justiça. Na urgência de dar visibilidade à gravidade do tema, o Brasil começou a montar centros de referências, com apoio da Interpol e Polícia Federal.

Nessa época, dra. Anália Ribeiro, assessora internacional no Memorial da América Latina-SP – responsável pela Divisão de Políticas Públicas/CEBEAL/Cátedra UNESCO, foi chamada com foco nas pessoas de grande vulnerabilidade ao tráfico. Acompanhou a assinatura do Protocolo de Palermo (principal instrumento global de prevenção e combate ao tráfico de pessoas). “Era preciso mostrar ao mundo, por isso foi montado um Comitê Institucional para desenvolver ações em conjunto voltadas para a prevenção e acusação, acolhimento e proteção às vítimas, e, com isso, evitar o ciclo de revitimização”, explica.

Em 2006, foi criada a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Na sequência, criado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), do qual o Brasil se tornou signatário.

Hoje conta com a participação de órgãos públicos, sociedade civil e organismos internacionais. O II PNETP possui ainda um espaço participativo intersetorial para o avanço do tema no Brasil. Por decreto presidencial, foi instituído o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), no âmbito do Ministério da Justiça.

E a Associação de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (Asbrad), em Guarulhos-SP, foi eleita para representar os comitês instalados no Brasil. Hoje, a Asbrad está na Comissão de Articulação e Fortalecimento da Rede de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas e conta com a advogada dra. Dalila Figueiredo, fundadora da Associação, militante e ativista dos direitos humanos, que atua no tráfico de pessoas, no atendimento às vítimas do estupro, cobrando do governo, fiscalizando e observando as graves violações de direitos.

É preciso multiplicar essas atuações, por isso a UGT vê como urgente o engajamento de cada entidade para a orientação dessas vítimas. Para dra. Dalila, é necessário capacitar as pessoas para que possam prestar melhor atendimento e acolhimento às vítimas desses crimes.



Dra. Anália Ribeiro



Dra. Dalila Figueiredo

Eliana Vendramini Carneiro é coordenadora do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que trabalha em convênio com o Ministério Público do Rio de Janeiro. Ela enfatiza que, apesar dos planos, sequer há tipos penais especiais que criminalizem o tráfico de pessoas para o tráfico de órgãos. “Só temos tipo penal para tráfico de pessoas para fins de prostituição. Isso demonstra o quanto a ‘política do tráfico de órgãos’ ainda precisa de grande afinco no País”, ressalta.

Dra. Anália aponta, entre as dificuldades, a falta de proteção às vítimas e o fato de o governo federal não disponibilizar recursos específicos para que possa ajudar os estados com ações efetivas no combate ao tráfico. E considera um avanço a CPI do Tráfico de Pessoas realizada pela Câmara dos Deputados a partir de casos emblemáticos. “Atualmente tem o PL 7.370/2014 que propõe tipificar o Tráfico de Pessoas como crime hediondo”, informa.

Para a coordenadora do PLID, a Campanha da Fraternidade deste ano ajudou e tem ajudado a desmistificar o inconsciente coletivo no sentido de que tráfico de órgãos é lenda e impossível de ser praticado, especialmente porque depende de profissionais gabaritados.

O TRÁFICO SE TORNA A ÚLTIMA JANELA PARA AS VÍTIMAS DA REDE

A advogada dra. Claudia Luna é presidente da ONG Elas por Elas – Vozes e Ações das Mulheres e do Movimento Nacional contra o Tráfico de Pessoas, cujo objetivo é dar visibilidade à temática do tráfico e realizar um diálogo intersetorial sobre essa questão com ONGs, movimentos sociais e governo. Ela ressalta que é preciso entender todo o caminho que a vítima de tráfico percorreu e que, antes disso, ocorreu uma violência primária.

“Quase 100% de sua maioria relatam uma situação primária de violência doméstica. Ou seja, o lar se torna um local tão opressor que ela quer qualquer outro tipo de oportunidade que não seja permanecer naquele local”, revela dra. Claudia.

Com relação a travestis e mulheres transexuais, são dois fatores que as conduzem a entrar para o tráfico. O primeiro fator é o econômico. Uma população que não está inserida no mercado de trabalho. O outro, social. Como se elas fossem subverter uma lógica baseada no órgão sexual.

“Elas representam um risco para a estrutura de poder. E quem transgredir regras em nossa sociedade normalmente é punido por um código penal. Só que ser homossexual, travesti, transexual ou bissexual não é crime



Dra. Claudia Luna

no Brasil. Então as punições, quando vêm, são morais, não estão protegidas pelo Direito”, alerta dr. Dimitri Sales, advogado e professor, que trabalhou na coordenação de Assuntos da Diversidade Sexual da prefeitura de São Paulo e como assessor jurídico da Coordenação do Centro de Combate à Homofobia.

Muitas travestis ou transexuais foram expulsas de casa, da escola, não arranjavam emprego, viviam apinhando na rua e encontram na cafetina uma espécie de mãe, alguém que cuidará dela. “Você cria uma relação de afeto, que é muito difícil de romper”, esclarece dr. Dimitri Sales.

Com o tráfico humano, chegam a ser movimentados até 33 milhões de dólares por ano. As vítimas acabam se prostituindo, se drogam para cumprir os programas e pagar suas dívidas. Afetadas no que diz respeito à questão emocional, é preciso habilidade por conta das sequelas que elas sofrem. Há um perigo dessa exposição, de estarem sujeitas às ações desses traficantes e o medo da denúncia.

Geralmente, tráfico de órgãos envolve quadrilhas ou organizações criminosas. Há uma rota de interesse e a grande valia do “negócio com o corpo humano”. “No PLID/MPSP, em especial, o desespero de não saber onde está o parente faz com que a busca por ajuda rompa qualquer barreira, como do medo ou do pós-descoberta. É um drama muito pior do que a certeza da morte (realidade sempre verbalizada por quem o vive)”, destaca Eliana.

MOMENTO DA ACOLHIDA

Dra. Dalila Figueiredo explica que, no campo do atendimento, do acolhimento, muitas vezes essas pessoas sequer se reconhecem como vítimas, tal a violência que sofrem. O primeiro trabalho é o de acolher, entender e enfrentar a problemática.

O estado de São Paulo tem o chamado PROVITA (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas) ao



Dr. Dimitri Sales

dispor de todos que precisam de proteção pessoal. Eliana Carneiro destaca que o serviço público ainda deve ao cidadão um acompanhamento pós-trauma, como no caso de vítimas dos mais variados tipos de tráfico de pessoas, que não se dá “só” para tráfico de órgãos, mas também para trabalho escravo, prostituição de homens e mulheres e adoção ilegal.

É PRECISO ATENTAR PARA AS ESPECIFICIDADES PARA ENFRENTAR A REINserÇÃO NA SOCIEDADE

No caso de travestis e transexuais, inclui desde o enfrentamento da homofobia, com a aprovação de um projeto de lei que torne crime práticas homofóbicas, a responsabilização do Estado, criação de um marco regulatório com ações de políticas públicas de incentivo para a reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho, como cursos de capacitação e diálogo com o setor trabalhista. Identidade de gênero e adoção de um nome social também entram na lista de especificidades.

Outro aspecto para vencer as discriminações e o tráfico é na questão da saúde dessas pessoas. Uma travesti que foi tirada do tráfico tem problemas com hormônios, silicone de má qualidade que se espalhou pelo corpo. “Não é qualquer médico que lida

com esses casos. É uma reação em cadeia, uma rede que precisa ser montada, observando essas peculiaridades”, pondera dr. Dimitri Sales.

Ao atentar por regiões, as vítimas mais corriqueiras estão no nordeste do País, além de regiões interioranas afastadas das capitais. Dra. Dalila chama a atenção para o orçamento reservado pelo governo na implantação de políticas de grande capilaridade. Dialogar e trabalhar a sensibilização são instrumentos sumamente preciosos de ajuda no resgate da dignidade das vítimas.

QUANDO A QUESTÃO NÃO É MAIS O ATENDIMENTO, MAS O DESAPARECIMENTO...

Os desaparecimentos acontecem pelos mais variados motivos: desde problemas familiares, alcoolismo, drogas, doenças mentais e senis à tortura e tráfico de pessoas. Segundo dados do Ministério Público, o maior anúncio de desaparecidos reúne a população jovem masculina (entre 17 e 30 anos). “As crianças não representam o maior número, mas, assim como os idosos, há maior dificuldade, já que não têm como se proteger. Além disso, as crianças raramente são encontradas e a mudança de feição exige contínuo trabalho de progressão da imagem (esse bem provido pela Polícia de São Paulo)”, acrescenta a coordenadora do PLID.

Muitas pessoas dadas como desaparecidas por seus parentes estão na rede pública de saúde. Essa notícia,

não raro, é negligenciada à família. “Não podemos olvidar que o ‘mundo dos desaparecidos’, sem trato público priorizado, pode, sim, estar contribuindo para o tráfico de órgãos no Brasil”, alerta Carneiro.

O PLID/MPSP contribuiu com o avanço na busca de localização por pessoas desaparecidas, a partir de vigílias no Serviço de Verificação de Óbito da Capital (SVOC), que negligenciava o destino de corpos das pessoas, não avisando os familiares, encaminhando as vítimas como indigentes para fins de estudos ou pesquisas. Outro fator de gravidade é que, em pleno 2014, não temos, no IML (que pericia corpos de pessoas não qualificadas e/ou por morte violenta), qualquer estatística sobre o número, origem, causa preponderante de morte, etc., acerca das pessoas periciadas e enviadas a enterro como desconhecidas.

Outros serviços de auxílio são o SISRua (um cadastro de todas as pessoas que são atendidas nas ruas da cidade de São Paulo e que podem pertencer ao universo daquelas que seus parentes procuram) e a Guarda Municipal, para busca ativa na rua, pesquisa em banco de dados já conveniados ao Ministério Público (como Receita Federal, cartórios, etc.).

O olhar para a realidade melhorou, mas é preciso mais. É hora de reconstruir o padrão social. Alertar, denunciar, dialogar e fazer do seu Estado um instrumento envolvido para exterminar essa mazela.

Ajude a divulgar!

Os atendimentos do PLID são realizados pessoalmente e via e-mail:

desaparecidos@mpsp.mp.br.

Conheça a página no facebook: **PLIDSP**.

Disque 100 (Disque Direitos Humanos)

Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher)